

# Secretaria responsabiliza MEC por concorrência para obras de escola

ARQUIVO



**Eurides: o Governo tem diminuído custo de obras**

de Ensino de 2º Grau do MEC, conforme exigência imposta pelo edital de licitação".

O relatório dos auditores do TCU aponta o suposto superfaturamento com base, especialmente, em comparação do custo de metro quadrado de outras escolas. Estas outras escolas localizam-se todas no Distrito Federal e são construídas pela Fundação Educacional do DF. Elas foram identificadas pelos auditores durante o período de inspeção na Fundação, quando requisita-

ram para exame diversos processos licitatórios de construção de unidades escolares. "A título de comparação - escrevem a certa altura os auditores em seu relatório - tome-se o exemplo da Escola Classe 316 em Santa Maria-DF, com mil 562 metros quadrados de área construída. O orçamento elaborado pela Fundação Educacional do DF em maio de 1993 mostra que o custo do metro quadrado, sem BDI, era de 240 dólares e 23 cents", enquanto o custo por metro quadrado da Escola Técnica foi calculado pelos órgãos técnicos do MEC em mil 699,90 dólares.

"Ao contrário do que adversários políticos do governador procuram fazer crer - afirma a atual secretária de Educação, Eurides Brito - esses números do relatório revelam que Roriz vem fazendo um governo que minimiza os custos de suas obras, e ocupa uma posição elogiável no que diz respeito a licitações".

Todos os critérios fixados para a concorrência das obras de construção da Escola Técnica de Brasília foram estabelecidos pelo Governo Federal através da Secretaria de Ensino de 2º Grau do MEC, desde o preço-base até o poder homologatório, passando pela escolha de dois dos três representantes na Comissão Especial de Licitação.

Este é o principal argumento apresentado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para contestar relatório do Tribunal de Contas da União que aponta superfaturamento da obra, trabalho apresentado à CPI do Orçamento. A licitação foi realizada em setembro de 1989, mas a decisão de construir a Escola Técnica em Brasília foi tomada muito tempo antes - em 1987, ainda no governo José Aparecido - já que o projeto do MEC previa a construção de 42 unidades através de convênios com os estados e a capital da República não poderia ficar sem uma delas.

"A partir daí - diz a ex-secretária de Educação, Josephina Baiochi - pode-se constatar a má-fé daquelas que procuram envolver o nome do governador Joaquim Roriz com supostas irregularidades na obra. A definição de local, de projeto arquitetônico de equipamentos e currículos antecedeu de muito o seu governo, assim como os critérios de preços e todas as condições contratuais foram determinadas pela Secretaria